

Ofício nº 35/2017.

Lobato, 05 de outubro de 2017.

Senhor Presidente,

A empresa KLC – Consultoria em Gestão Pública Ltda., após a análise dos recursos interpostos contra questões da Prova Escrita Objetiva, decide sob os seguintes fundamentos:

PROVAS - PERÍODO DA MANHÃ

QUESTÃO/CARGO	RESULTADO
01	INDEFERIDO - Alega-se que a alternativa B) <i>um artigo de manifesto, em que o autor apresenta uma discussão internacional, na defesa de um manifesto nacional.</i> é correta. Não existe a classificação "artigo de manifesto", além do mais, o texto não propõe "manifesto nacional".
03	INDEFERIDO - As alternativas B), C) e D) apresentam marcas de tempo topicalizadas, "quando", "durante", "não faz muito", que sintaticamente expressam o tempo nas proposições, não o tempo verbal, aspecto não solicitado na questão. A única alternativa em que esse aspecto não acontece é a alternativa A), que se topicaliza pelo pronome pessoal "eles".
04	INDEFERIDO - A questão trata sobre o reconhecimento de uma alternativa em que há oração gerundiva e o recurso aborda sobre regência verbal, aspecto gramatical não considerado na questão.
05	INDEFERIDO - Alega-se que a alternativa B) não adianta nada agradar o filho com balas, depois da bronca. está incorreta. O verbo agradar, no sentido de contentar, fazer carinhos, é transitivo direto, não exigindo preposição. Assim, a alternativa está correta. Também alega-se que a alternativa D) no meio da confusão, o pai ainda atende o telefone. está correta. O verbo atender, no sentido de atender ao telefone, ao portão, à campainha, é transitivo indireto com complemento, o que demonstra que a alternativa não está correta.
06	INDEFERIDO - Alega-se que as alternativas A) e B) estão com pontuação incorretas. A alternativa A) <i>durante a conferência, o palestrante, irritado disse o que não deveria, em meio a tantos questionamentos.</i> não está com pontuação correta, pois, há separação do sujeito e do verbo por uma vírgula (o palestrante, irritado disse o que não deveria). Para ser considerada com pontuação correta, o termo "irritado" deveria aparecer entre vírgulas - "o palestrante, irritado, disse o que não deveria". Por sua vez, a alternativa B) <i>o palestrante, em meio à discussão, responde, inesperadamente, ao repórter, que se cala.</i> não apresenta impropriedades de pontuação, pois os elementos que estão entre vírgulas, "em meio à discussão", "inesperadamente", são termos acessórios que podem ocupar posições distintas na oração. Além desses, a oração adjetiva explicativa, "que se cala", obrigatoriamente sempre se apresenta entre vírgulas
07	INDEFERIDO - Alega-se que não foi especificado a que tipo de artigo se refere a questão. O comando da questão apresenta: <i>Assinale a alternativa correta sobre o emprego do artigo definido.</i> , especificando a que artigo se deve atentar, isto é, ao "artigo definido".

10	INDEFERIDO - Alega-se que as alternativas A) e B) estão corretas. De acordo com o Nova Ortografia do português escrito, apenas as duplas pôde/pode e pôr/por permanecem com o acento diferencial.
26	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada (Ver Art. 4º da Lei Orgânica do município de Colniza).
27	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada (Ver Art. 84 da Lei Orgânica do município de Colniza).
34 - Administrador	INDEFERIDO - Afirma a questão que quando a lei confere à Administração Pública poder para a prática de determinado ato, estipulando todos os requisitos e elementos necessários à sua validade, tem-se o chamado ato vinculado. Isso significa que a prática de um ato já nasce vinculada de forma bem restrita a uma lei, ou seja, a norma estabelece como a Administração deve agir em determinadas situações, sem deixar margem de liberdade para a atuação do agente público.
35 - Administrador	INDEFERIDO - Nos termos do artigo 18 da Lei nº 9.784/1999, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que: I - tenha interesse direto ou indireto na matéria; II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro. A opção prevista na alternativa “d”, qual seja, “ter amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau”, trata-se de hipótese de suspeição de autoridade ou servidor, nos termos do artigo 20 do referido diploma legal. Considerando que a questão solicitava a indicação da alternativa que “não” corresponde a uma hipótese de impedimento de servidor ou autoridade de atuar em processo administrativo, julga-se improcedente o recurso apresentado, mantendo-se o gabarito oficial.
41 - Administrador	INDEFERIDO - A tutela à qual a questão se refere não se confunde com a Autotutela. Esta representa o controle hierárquico, amplo e exercido internamente no âmbito da própria entidade. Já a Tutela Administrativa representa o controle finalístico ou supervisão que a Administração Direta exerce sobre as entidades da Administração Indireta, nos termos e nos limites da lei.
42 - Administrador	INDEFERIDO - A atribuição de controle consistente em julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo não representa competência exclusiva do Senado Federal e sim do Congresso Nacional, nos termos do artigo 49, IX da Constituição Federal.
43 - Administrador	INDEFERIDO - Nos termos do artigo 11, VIII da Lei nº 8429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente, descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e

	<p>aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.</p> <p>A questão em análise corresponde ao exposto texto da lei, sendo que as demais alternativas, embora correspondam a atos de improbidade, possuem regramento específico na legislação.</p>
44 - Advogado	<p>INDEFERIDO - Dentre os crimes previstos no Código Penal Brasileiro como crimes contra o patrimônio estão as alternativas "A", "B" e "C" apresentadas na questão, quais sejam: extorsão mediante sequestro, usurpação e receptação. O crime de incêndio, por sua vez, é previsto no referido diploma legal no título que trata dos "crimes contra a incolumidade pública".</p>
48 - Advogado	<p>INDEFERIDO - O artigo 15 do CTN determina que:</p> <p>Art. 15. Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios:</p> <p>I - guerra externa, ou sua iminência;</p> <p>II - calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis;</p> <p>III - conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.</p> <p>As alternativas "a", "b" e "c" da questão 48 estão expressamente previstas no dispositivo mencionado, não havendo previsão legal para instituição de empréstimo compulsório em caso de estado de sítio, restando como resposta correta a alternativa "d".</p>
50 - Advogado	<p>DEFERIDO - ANULAR a referida questão.</p>
40 - Arquiteto	<p>DEFERIDO - ALTERAR a resposta correta da referida questão para alternativa B).</p>
42 - Arquiteto	<p>DEFERIDO - ALTERAR a resposta correta da referida questão para alternativa A).</p>
47 - Arquiteto	<p>INDEFERIDO - As argamassas podem ser classificadas de diversos modos: 1) Quanto ao emprego: comuns e refratárias; 2) Quanto ao tipo de aglomerante: aéreas, hidráulicas e mistas; 3) Quanto ao número de elementos ativos: simples e compostas; 4) Quanto à dosagem: pobres ou magras, ricas ou gordas e cheias; 5) Quanto à consistência: Secas, Plásticas e Fluídas. Dessa forma a questão correta será a alternativa C). A classificação da argamassa existe para verificar como a argamassa é aplicada e de qual forma ela pode se apresentar. A argamassa é um elemento pertencente aos materiais de construção, em que todos possuem classificações e propriedades para verificar e definir corretamente a sua aplicação. Portanto a alternativa será mantida. Fonte - Livro: Materiais de Construção de Moema Ribas Silva.</p>
41 - Auditor de Tributos Municipais	<p>DEFERIDO - ANULAR a referida questão.</p>
49 - Auditor de Tributos Municipais	<p>DEFERIDO - ALTERAR a resposta correta da referida questão para alternativa D).</p>
38 - Engenheiro Civil	<p>INDEFERIDO - A questão se refere as forças que atuam nas estruturas são basicamente de duas espécies: as gravitacionais e de vento. A gravitacional tem direção vertical e a de vento tem direção horizontal. Elas podem ocorrer ocasionalmente ou durante toda vida útil da estrutura, sendo as ocasionais denominadas de cargas acidentais e as durante toda vida útil de cargas permanentes. A questão não aborda o tipo de carga permanente ou acidental, ou</p>

	seja, a questão pede a análise no contexto das forças gravitacionais e de vento. Dessa forma a alternativa será mantida. Fonte: Livro - Estruturas de aço, concreto e madeira (Atendimento da expectativa dimensional) de Yopanan C. P. Rebello Set/2011.
41 - Farmacêutico	DEFERIDO - ALTERAR a resposta correta da referida questão para alternativa D).
26 - Fisioterapeuta	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada (Ver parágrafo Art. 4º da Lei 8142/90).
37 - Fisioterapeuta	INDEFERIDO - A questão solicita para assinalar a alternativa correta. Desta forma a alternativa A) não pode ser considerada correta pois não existe o termo "aução".
38 - Fisioterapeuta	INDEFERIDO - De acordo com a página 147 do livro MÚSCULOS provas e funções, quarta edição. FLORENCE PETERSON KENDALL; ELIZABETH KENDALL McCREARY, PATRICIA GEISE PROVANCE, o músculo reto abdominal tem origem na sínfise púbica e sua inserção nas cartilagens costais da quinta, sexta e sétima costelas e processo xifóide do esterno.
41 - Fisioterapeuta	INDEFERIDO - De acordo a página 141 do livro MÚSCULOS provas e funções, quarta edição. FLORENCE PETERSON KENDALL; ELIZABETH KENDALL McCREARY; PATRICIA GEISE PROVANCE, quando se tem uma contratura bilateral dos músculos da região lombar resulta em LORDOSE. A contratura unilateral resulta em uma escoliose com convexidade para o lado oposto.
30 - Nutricionista	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
44 - Nutricionista	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
47 - Nutricionista	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
28 (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Sede)	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada (Ver parágrafo único do Art. 75 da Lei Federal 8069/90).
36 (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Sede)	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada (Ver inciso V do Art. 12 da Lei Federal 9494/96).
32 - Odontólogo	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
41 - Zootecnista	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.

PROVAS - PERÍODO DA TARDE

QUESTÃO/CARGO	RESULTADO
01	INDEFERIDO - Alega-se que a alternativa C) é uma crônica por seguir um tempo cronológico determinado também é uma alternativa verdadeira, pois o texto não apresenta tempo cronológico determinado. O tempo marcado na narrativa da crônica é estabelecido em sequência cronológica das ações e dos fatos das personagens, tanto que há marcas temporais determinadas, como: "um dia", "e todos os dias", "até que veio a chuva da tarde", que sequenciam o tempo de maneira cronológica. A reminiscência de um fato apresentada pelo menino de meias vermelhas não se estabelece como sendo constante no texto, apenas é um fato para se explicar os demais fatos cronologicamente apresentados.
06	INDEFERIDO - Alega-se que a alternativa D) <i>escarneceariam</i> também substitui adequadamente o verbo na expressão "todos zombariam de mim". O verbo transcrito não substitui "zombariam". Sua substituição seria possível se o verbo apresentado fosse " escarneceriam ", o que não foi o disposto.
7	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
8	INDEFERIDO - Alega-se que a alternativa B) " <i>até que repararam que sempre usava meias.</i> " está correta, pois o termo "até" é um advérbio. Na proposição apresentada, o termo exerce a função sintática de preposição de movimento, a transmitir a ideia de aproximação de um limite, não exercendo a função de advérbio.
14	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada.
33 - Agente Administrativo	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
40 - Agente Administrativo	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada.
22 - Fiscal de Meio Ambiente	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada (Ver inciso VI do Art. 6º da Lei Federal 6938/81).
23 - Procurador Jurídico	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
25 - Procurador Jurídico	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
26 - Procurador Jurídico	DEFERIDO - ALTERAR a resposta correta da referida questão para alternativa C).
35 - Procurador Jurídico	INDEFERIDO - Quando a decisão decidir que os efeitos serão <i>ex nunc</i> não quer dizer que a decisão incidental não tenha sido <i>ex tunc</i> - a decisão incidental naquele processo específico pode ser <i>ex tunc</i> , porém os efeitos da resolução para toda a sociedade só são percebidos a partir da sua criação. Portanto, a regra para a produção dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade é "ex tunc". Em referência ao citado caso <i>Likletter v. Walter</i> , nota-se que trata-se do controle de constitucionalidade estadunidense, não se aplicando às regras do judiciário brasileiro. Ademais, quanto ao RE 197.91748, verificou-se um caso isolado de situação

	excepcional em que a declaração de nulidade, com seus normais efeitos ex tunc, resultaria grave ameaça a todo o sistema legislativo vigente. Prevalência do interesse público para assegurar, em caráter de exceção, efeitos pro futuro à declaração incidental de inconstitucionalidade.
36 - Procurador Jurídico	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
37 - Procurador Jurídico	INDEFERIDO - A matéria da questão se enquadra no item “Legislação”, havendo previsão nos Artigos 13 e seguintes do Decreto-Lei Nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal).
38 - Procurador Jurídico	INDEFERIDO - A afirmativa, em momento algum, declara que o “Perdão” se dá somente pela via expressa. Trata-se de afirmativa em que não existe a palavra “ <i>apenas</i> ” conforme alega o Recorrente. Portanto, o perdão será pela via expressa nos casos indicados no Art. 106 do Código Penal.
43 - Procurador Jurídico	DEFERIDO - ALTERAR a resposta correta da referida questão para alternativa C).
45 - Procurador Jurídico	DEFERIDO - ALTERAR a resposta correta da referida questão para alternativa B).
46 - Procurador Jurídico	INDEFERIDO - A questão diz respeito à formação dos contratos, de acordo com o Código Civil, sendo que o recurso versa sobre “Nulidade dos Recursos em Geral do Processo Penal”. Não há qualquer possibilidade de análise das razões recursais, porquanto totalmente descabidas da matéria pertinente à questão.
49 - Procurador Jurídico	INDEFERIDO - A alternativa “A” realmente está incorreta, sendo que o enunciado pede para assinalar a alternativa correta. A alternativa correta é a letra “B”, que dispõe sobre a Inversão do ônus da prova <i>por obra da lei</i> , ou seja, nas circunstância em que a própria lei determina a respectiva inversão sem que haja a análise do caso concreto pelo juiz ou magistrado. A inversão do ônus da prova por força de lei é ilustrada pelas presunções relativa — de que é exemplo notório o artigo 2º-A da lei 8.560/92 — e, ademais, pelos artigos 12, § 3º, 14, § 3º, e 38, caput, do CDC, e 1.597, II, do Código Civil.
32 - Recepcionista	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
29 - Técnico em Desenvolvimento Infantil - Auxiliar Pedagógico - Sede	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada (Ver Art. 5º da Lei Federal 8069)90.
33 - Técnico em Desenvolvimento Infantil - Auxiliar Pedagógico - Sede	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada (Ver Art. 29 da Lei Federal 9394)96.
23 - Técnico em Enfermagem	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.
29 - Técnico em Agropecuária	DEFERIDO - ANULAR a referida questão.

PROVAS - PERÍODO DA NOITE

QUESTÃO/CARGO	RESULTADO
06	INDEFERIDO - De acordo com as regras gramaticais do português escrito, estabelecidas pela nomenclatura gramatical brasileira, a maior parte dos ditongos crescentes podem se separar na divisão silábica. Dessa forma, somente a alternativa A), em que há os ditongos ai-faixa, ei-jeito, ou-pouco, ditongos decrescentes, não se separam em nenhuma hipótese.
12	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada.
16	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada.
18	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada.
37 - Motorista	INDEFERIDO - Não existe incorreção a ser sanada.
39 - Motorista	INDEFERIDO - o erro de digitação não interfere no entendimento da referida questão.

Atenciosamente,

KLC – Consultoria em Gestão Pública Ltda.

À
Comissão Especial de Concurso
Prefeitura Municipal de Colniza
Colniza – MT.